

DOCUMENTO TEMÁTICO

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da UBS Optimus Foundation.

A ECPAT Internacional agradece e reconhece o apoio financeiro da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Asdi) e da Ignite Philanthropy. As opiniões aqui expressas são exclusivamente da ECPAT Internacional. O apoio desses financiadores não constitui endosso deles acerca de opiniões expressas neste documento.

Escrito por:

Leigh Mathews,
Claire Bennett,
Mark Kavenagh

Com o apoio de:

Gabriela Kühn,
Freddie Nickolds

Design e Layout por:

Manida Naebklang

Traduzido para o Português por:

David Vieira de Araujo

Citação Sugerida:

ECPAT Internacional. (2022).
Como o Volunturismo por facilitar
a exploração sexual de crianças e
adolescentes. ECPAT Internacional.

Excertos desta publicação
podem ser reproduzidos desde
que com a referência à fonte da
ECPAT Internacional.

© ECPAT International, 2022.



ECPAT International

328/1 Phaya Thai Road, Ratchathewi,
Bangkok, 10400 THAILAND
Tel: +662 215 3388 | Email: info@ecpat.org
Website: www.ecpat.org

COMO O VOLUNTURISMO PODE FACILITAR A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



No final de 2021, especialistas estimaram que o cenário do turismo internacional retornaria aos níveis de 2019 por volta do ano de 2024¹. O turismo doméstico continua a crescer em muitos países e a recuperação pós-pandemia de COVID-19 no setor de viagens e turismo trará de volta os benefícios econômicos que o turismo representa para países de destino. No entanto, o mesmo acontecerá com parte dos riscos que o turismo pode representar para a segurança e a proteção de crianças e adolescentes.

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo

Embora o turismo em si não cause a exploração sexual de crianças e adolescentes, trata-se de uma via que os infratores podem usar para ter acesso a crianças e adolescentes vulneráveis². Crianças e adolescentes de todas as idades, sexos e circunstâncias são exploradas sexualmente por criminosos estrangeiros e domésticos que fazem mau uso da infraestrutura e dos serviços de viagens e turismo em todo o mundo³. Operadores de turismo e provedores de hospedagem são incentivados a ignorar os turistas envolvidos no aliciamento e na exploração sexual⁴, enquanto a dinâmica de poder entre os turistas que podem atuar como benfeitores e as comunidades pobres representam um ambiente propício para a exploração.

Embora alguns criminosos viajem com a intenção específica de explorar sexualmente crianças e adolescentes⁵, a violação situacional também ocorre, quando indivíduos que podem não ter viajado com a intenção de explorar sexualmente o fazem devido ao sentimento de anonimato e impunidade por

- 1 Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (OMT). *Barômetro do Turismo Mundial*. Volume 19, Issue 5.
- 2 ECPAT Internacional. (2019). *Visão Geral de País – Uganda*.
- 3 ECPAT Internacional. (2016). *Abusadores em movimento: Estudo Global sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em contexto de viagens e turismo*.
- 4 Ibid
- 5 UNICEF. (2006). *A extensão e os efeitos do Turismo Sexual e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Costa do Quênia*.

estarem longe de suas comunidades regulares. O tema não se limita ao movimento internacional, inclui viagens domésticas, viagens de negócios ou lazer, contratos de trabalho temporário, visitas a áreas rurais remotas ou peregrinações religiosas e pacotes de turismo voluntário (volunturismo). Todos representam caminhos potenciais para o abuso⁶.

Volunturismo (Turismo Voluntário)

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) foi identificada como uma preocupação associada ao turismo voluntário. Na verdade, o próprio termo “turismo voluntário/volunturismo” passou por uma crise de imagem e agora é raramente usado por aqueles que com ele estão envolvidos⁷. Para os fins deste artigo, o turismo voluntário é definido de acordo com a Política de Voluntariado do The Code, que afirma:

VOLUNTURISMO: *é definido como viagens turísticas organizadas e em pacotes com uma duração que pode ser de algumas horas ou até um ano, nas quais o objetivo principal é o voluntariado. O voluntário oferece seu ‘trabalho’ dentro do destino gratuitamente. Embora o conceito de ‘volunturismo’ geralmente inclua um elemento de viagem internacional, riscos semelhantes para crianças e adolescentes também se aplicam no contexto de viagens e turismo domésticos e locais, quando uma pessoa pode ser voluntária com e para crianças em uma organização ou orfanato sem a prévia verificação de antecedentes (inclusive quando tais atividades podem não estar sendo organizadas por uma empresa)⁸*

O turismo voluntário não é um fenômeno novo, existe de uma forma ou de outra desde a revolução industrial, quando as viagens se tornaram mais acessíveis, econômicas e convenientes⁹. No panorama do turismo moderno, as melhorias na tecnologia tornaram as viagens mais rápidas, baratas e acessíveis para aqueles que possuem o privilégio de possuir dinheiro e tempo de sobra. Como qualquer outro setor, o volunturismo tem em sua base a lei da oferta e da procura¹⁰. A procura vem de indivíduos amplamente bem-intencionados que buscam combinar suas férias/feriados com uma forma de “retribuição”, ou dedicar seu tempo a uma causa específica, ou como um elemento de “autoaperfeiçoamento”. Onde há procura, o mercado, portanto, oferta oportunidades. As empresas de turismo com fins lucrativos construíram modelos de negócios¹¹ inteiros para atender a essa demanda, enquanto do lado da oferta, o número de organizações não-governamentais (ONGs) que oferecem estágios voluntários aumentou dramaticamente¹². Não é nenhuma surpresa que muitas dessas organizações são focadas em crianças ou outros grupos vulneráveis¹³, pois muitos turistas querem ser voluntários neles, pois são considerados os que mais precisam de apoio¹⁴. Como acontece com qualquer demanda, fornecedores devem ser garantidos e, portanto, as organizações precisam se assegurar que um número suficiente de crianças e adolescentes estejam disponíveis para engajar os voluntários¹⁵.

A indústria dos orfanatos

No contexto do turismo voluntário, os ‘orfanatos’¹⁶ têm sido um foco significativo da atenção da mídia e de defensores de direitos, não apenas por causa dos danos que a institucionalização pode causar às crianças¹⁷ ou o

6 Eirienne, A. K. (2009). *Turismo Sexual Infantil: ‘Nós’ e ‘Eles’ em um mundo globalizado*. Consulta Estudantil 1(11).

7 Schwaz, K C. (2016). “Isto não é Volunturismo: desvelando narrativas de jovens para autenticar e diferenciar a experiência voluntária” (tradução livre).

8 The Code. *Política de Volunturismo*.

9 Biddle, P. (2018). *Ours to Explore: Privilege, Power and the Paradox of Voluntourism*. Conferência Universitária de Nebraska.

10 Smith, A. (1759). A teoria dos sentimentos morais. Londres: Impresso por A. Millar, and A. Kincaid and J. Bell.

11 Tomazos, K., & Cooper, W. (2012). Turismo voluntário: no cruzamento entre serviço e comercialização? *Current Issues in Tourism*, 15(5), 405–423.

12 Schech, S. (2017). *Voluntariado internacional e uma terra em mudanças*. *Geography Compass*, 11(12)

13 Cheney, K., & Ucembe, S. (2019). *O Complexo Industrial de Órfãos: A caridosa mercantilização de crianças e suas consequências para a proteção infantil*. *Disadvantaged Childhoods and Humanitarian Intervention*, 37–61.

14 Cheer, J. M., Mathews, L., Doore, V. K., & Flanagan, K. (2019). *Escravidão nos Dias Modernos e Turismo em Orfanatos*. CABI. 45.

15 Nhep, R., Doore, V. K. (2018, July 13). *Tráfico em orfanatos e lei da escravidão moderna na Austrália*. E-International Relations.

16 Para todos os fins, o termo “orfanato” neste artigo será usado para representar todos os tipos de apoio residencial incluindo orfanatos, vilas infantis, abrigos, casas coletivas, internatos, alojamentos escolares, etc.

17 Van Ijzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Duschinsky, R., Fox, N. A., Goldman, P. S., Gunnar, M. R., Johnson, D. E., Nelson, C. A., Reijman, S., Skinner, G. C. M., Zeanah, C. H., & Sonuga-Barke, E. J. S. (2020). *Institucionalização e desinstitucionalização infantil: uma revisão sistemática e integrativa das evidências acerca os efeitos no desenvolvimento*. *The Lancet Psychiatry*, 7(8), 703–720.

impacto negativo do envolvimento de voluntários com crianças e adolescentes vulneráveis e com necessidades complexas nessas instalações¹⁸, mas também por causa dos numerosos casos de alta repercussão com órfãos sendo explorados sexualmente por voluntários nos orfanatos¹⁹. Não por acaso a localização física dos orfanatos frequentemente se correlaciona com os pontos de acesso de turismo. Por exemplo, no Nepal, 90% dos orfanatos do país estão localizados nos cinco principais distritos turísticos²⁰. Os orfanatos fornecem um ambiente de cativeiro para que os voluntários possam interagir com crianças e adolescentes vulneráveis, geralmente por meio de atividades de contato próximo, como brincar, se alimentar, realizar serviços domésticos e ensinar inglês²¹.

É fundamental reconhecer que cerca de 80 a 90% das crianças e adolescentes que vivem em orfanatos não são de fato órfãos²². Elas possuem um ou mais parentes vivos que, com apoio, estariam dispostos e seriam capazes de cuidar delas²³. As crianças e adolescentes entram nos cuidados dos orfanatos por muitas razões: algumas são colocadas lá por seus pais sob a promessa de que receberão uma educação melhor, algumas são colocadas por autoridades governamentais, algumas são traficadas para e entre orfanatos, mas, esmagadoramente, o motivo subjacente é a pobreza²⁴.

Em muitos países, os orfanatos carecem de regulamentação, supervisão e estabelecimento de padrões mínimos de cuidado. O monitoramento de orfanatos pode representar desafios para autoridades com poucos recursos e sobrecarregadas e, contra intuitivamente, às

vezes apenas instalações registradas estão sujeitas a monitoramento e regulamentação, enquanto orfanatos não registrados apoiados por doadores estrangeiros e turistas voluntários podem se proliferar²⁵. Por exemplo, o número de orfanatos na Uganda aumentou de 30 em 1992 para 800 em 2013²⁶. Os orfanatos não regulamentados da Uganda arrecadam quase um quarto de bilhão de dólares por ano através de doadores internacionais – principalmente provenientes dos EUA, Canadá, Austrália e Europa²⁷.

Mesmo quando o monitoramento é realizado regularmente, crianças e adolescentes ainda podem estar expostos ao abuso e à exploração de forma contínua. Um orfanato em Bihar, Índia, no centro de um caso de abuso sexual, foi sujeito a sessenta visitas de monitoramento ao longo de cinco anos, nenhuma das quais identificou qualquer problema²⁸.

Para agravar a questão está o fato de que crianças e adolescentes que já sofreram exploração sexual ou são consideradas em maior risco de sofrer, são frequentemente colocadas em orfanatos pelas autoridades como um fator de proteção²⁹, no entanto, pesquisas mostram que crianças e adolescentes que vivem em institucionalização podem correr um alto risco de sofrer a exploração sexual dentro da própria instituição³⁰.

Volunturismo e a exploração sexual infantil

O volunturismo e vários tipos de produtos de turismo voluntário podem permitir que turistas tenham acesso a crianças e adolescentes

18 Turismo Responsável. (2019). *O Problema: por que visitas em orfanatos são danosas?*

19 Monballyu, J. (2019). *Ativismo em Kontich durante a Primeira Guerra Mundial e seu processo criminal*. Em: *Revista sobre a História do Movimento de Flamengo*, 78(1), 5–35.

20 Punaks, M., & Feit, K. (2014). *Volunturismo em orfanatos no Nepal e sua conexão com a institucionalização desnecessária de crianças*. *Exploração de crianças institucionalizadas e para além disso*, 1(2), 179–192.

21 Cheer, J. M., Mathews, L., Doore, V. K., & Flanagan, K. (2019). *Escravidão nos Dias Modernos e Turismo em Orfanatos*. CABI. 49.

22 Catholic Relief Services. (2018). *80-90 Por cento de crianças em Orfanatos não são Órfãos*.

23 Fé em Ação. (2014). *Crianças, Orfanatos e Famílias: Um resumo das pesquisas para ajudar a guiar ações de boa fé*.

24 Browne, K. (2009). *O risco de causar danos em crianças nos cuidados institucionais*.

25 Instituto Australiano de Criminologia, Lyneham, S., & Facchini, L. (2019, março). *Danos Benevolentes: Orfanatos, volunturismo e exploração sexual infantil no leste-sul da Ásia*. Instituto Australiano de Criminologia.

26 Lily Baron. (2021). *Nenhuma criança deveria ser deixada de lado: A ilegalidade do volunturismo em orfanatos pelo artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre direitos das crianças*. *Revisão das Leis Internacionais da Universidade Americana*, 36 (3), Artigo 5

27 Lindau, J. (2019, August 3). *Como doações estrangeiras, pobreza e corrupção estão alimentando a não-regulada indústria de orfanatos na Uganda* [Vídeo].

28 Poonam, S. (2019, December 31). *No abrigo de Muzaffarpur, uma rede de silêncio que acoberta o abuso sexual*. *Hindustan Times*

29 Instituto Nacional de Desenvolvimento Social (NISD) para o Departamento de Liberdade Condicional Atendimento Infantil. (2013). *Situação atual das instituições de cuidados infantis e crianças institucionalizadas no Sri Lanka*. UNICEF

30 UNICEF. (2020). *Ação pelo fim do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. 13.

vulneráveis, com pouca regulamentação, supervisão ou mecanismos de proteção em vigor^{31,32}. Uma pesquisa com autoridades policiais em onze países asiáticos revelou que quase todos (com exceção de Singapura) identificaram casos de abuso sexual praticados por voluntários³³. Um relatório de 2016 publicado pela Better Care Network fez referência a ‘trabalhadores de pseudo-cuidados’ - criminosos sexuais viajantes que se apresentam como profissionais, mas exploram sexualmente crianças e adolescentes com quem trabalham³⁴. Embora a maioria dos casos documentados de exploração sexual no contexto do turismo voluntário tenham ocorrido em orfanatos, isso não impede que ocorra em outros locais. Em vez disso, demonstra que as crianças e adolescentes em orfanatos são particularmente vulneráveis a serem vítimas do abuso e da exploração sexual.

Escolas são outro destino popular em pacotes de volunturismo, onde os voluntários são incorporados como “professores” no sistema escolar público ou privado para ensinar inglês³⁵. Em muitos casos, a lotação de voluntários para o ensino não exige qualificação ou experiência prévia ensinando, conhecimento da língua local, contexto ou cultura, ou verificação de antecedentes e referências³⁶. Os professores voluntários muitas vezes são deixados sem supervisão nas salas de aula e, embora o crime raramente aconteça no próprio local de ensino, a falta de supervisão permite que os infratores estabeleçam relacionamentos e métodos de contato com crianças e adolescentes para abuso posterior.

Em todos os contextos de volunturismo onde crianças e adolescentes vulneráveis estão presentes³⁷, existem desafios na investigação e denúncia devido às dinâmicas de poder³⁸. Existem incentivos para que as organizações encubram os casos devido às preocupações com os impactos nos fluxos de financiamento^{39,40}, e as crianças

e adolescentes que se beneficiam dos serviços prestados pelas organizações podem se sentir pressionadas a permanecer em silêncio por medo de perder o apoio⁴¹.

Algumas crianças e adolescentes em instituições de acolhimento já sofreram previamente traumas, violência, abuso ou negligência. A alta rotatividade de voluntários em curto prazo pode exacerbar os problemas de apego associados a essas origens complexas⁴². Adicione a isso a baixa proporção entre cuidadores e crianças/adolescentes nas instituições, inexistência de políticas e práticas de proteção e falta de controle com visitantes que possuem acesso não supervisionado a crianças e adolescentes. Todos esses fatores resultam em ambientes de risco extremamente alto.

DEFININDO O PROBLEMA

O volunturismo nitidamente representa um ambiente de alto risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente, mas não se limitando, quando se trata de ambientes residenciais como orfanatos. Uma revisão da literatura relacionada ao assunto revela três problemas fundamentais que são os principais fatores que contribuem para tal: falta de práticas de proteção e salvaguarda, lacunas na legislação e regulamentação, e fatores econômicos impulsionadores.

Falta de Práticas de Proteção e Salvaguarda

‘Salvaguarda infantil’ é um termo usado para descrever etapas explícitas que as organizações podem adotar para minimizar os riscos associados ao trabalho com crianças e adolescentes.

As atividades de proteção mitigam os riscos de abuso e negligência; previnem danos à saúde e ao

31 Eu sou o Volunturista. (2019, 12 de novembro). *Turismo em Orfanatos no Nepal: O que você deveria saber*.

32 Cheer, J. M., Mathews, L., Doore, V. K., & Flanagan, K. (2019). *Escravidão nos Dias Modernos e Turismo em Orfanatos*. CABI. 49.

33 Pão para o mundo, Grupo de Trabalho sobre Turismo e Desenvolvimento & ECPAT Alemanha (2015). *Do voluntariado aos desafios de volunturismo por um desenvolvimento responsável desta tendência mundial em crescimento*.

34 Better Volunteering Better Care. (2016, Maio). *Artigo de especialista: Voluntariado internacional e abuso sexual infantil. Estudo Global sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo*.

35 Veja, por exemplo: *Voluntariado para ensinar na África* | Projetos Fora do País

36 Grimwood, B. S. (2015). ‘Desnudando’ a moralidade no turismo: uma revisão dos encontros morais no turismo. *Tourism Geographies*, 17(3), 500–502.

37 Orfanatos, escolas, “favelas”, mosteiros, abrigos, programas de intercâmbio, turismo comunitário, ecoturismo, dentro das próprias casas.

38 Better Care Network. (2016). *Como o voluntariado em outros países em orfanatos é danoso para crianças*.

39 Budhathoki, A. (2018, Outubro). *Por que pedófilos do ocidente estão visando o Nepal?* TRT World

40 Não se esqueça de mim, Austrália. (2018). *Artigo de Especialista: Volunturismo e o Tráfico Infantil em orfanatos*. Estudo Global sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo

41 Riley, M. (2019, 11 de julho). *A experiência do abandono de cuidados*. Cuidadores de Uganda.

42 Guiney, T. (2017). ‘Férias-para-abraçar-órfãos’: “Amor” e emoção no turismo em orfanatos. *The Geographical Journal*, 184(2), 125–137

bem-estar das crianças e adolescentes; garante que possuam voz nas decisões que as afetem; as capacitam para atingir seu pleno potencial; promovem ativamente a inclusão e a participação de crianças e adolescentes; e, constroem uma cultura de segurança dentro das organizações⁴³. No entanto, as práticas de proteção infantil não são padronizadas ou mesmo amplamente compreendidas em muitos países. Muitas das nações que enviam voluntários possuem regulamentos e requisitos nacionais rígidos para o voluntariado, como verificação de antecedentes, entrevistas, checagem de referências e diretrizes físicas e ambientais em relação ao trabalho voluntário com crianças e adolescentes⁴⁴. Porém, muitos países que recebem voluntários - incluindo muitos dos que são procurados por turistas voluntários internacionais - não o fazem. A desconexão é onde tudo podem dar errado. É necessário garantir que a vigilância em relação à proteção ocorra em toda a 'cadeia de valor' da experiência de voluntariado. Existem oportunidades para encorajar que empresas e organizações que estejam planejando enviar voluntários garantam conformidade (*Compliance*) com a proteção infantil durante toda a experiência. Isso significa realizar verificações adequadas na fase de recrutamento, mas também garantir que as organizações que recebem voluntários possuam políticas de proteção em vigor e que facilitem sua implementação prática. Por exemplo, um contexto em que as violações são relatadas e resolvidas, os sistemas são continuamente aprimorados, e as dinâmicas de poder que podem prevenir a violência são abordadas.

Falta de legislação e regulamentação

A maioria das nações anfitriãs para voluntários carecem de medidas legislativas e regulatórias que protejam crianças e adolescentes da exploração sexual no contexto de viagens e turismo, incluindo o volunturismo⁴⁵. Onde elas existem, as autoridades enfrentam barreiras contra a sua aplicação devido aos desafios de capacidade humana e recursos financeiros. Agentes da lei e sistemas judiciais que sejam vulneráveis à corrupção e não centrados nos direitos de crianças e adolescentes também dificultam o progresso. Quando as prisões são feitas por crimes relacionados à exploração sexual infantil, muitas vezes os processos não são levados a julgamento. Em alguns casos, as leis trabalhistas fornecem alguns mecanismos que permitem salvaguarda para crianças e adolescentes, no entanto, requisitos raramente se estendem a voluntários, especialmente quando se trata de voluntários internacionais⁴⁶.

Fatores econômicos impulsionadores

É evidente que a vulnerabilidade à exploração sexual no turismo voluntário é muito frequentemente impulsionada por fatores econômicos, muitos dos quais foram exacerbados pela pandemia da COVID-19⁴⁷. Famílias foram empurradas para a pobreza extrema⁴⁸ e um grande número de crianças e adolescentes tem estado regularmente fora da escola ao longo de dois anos. As escolas representam um fator de proteção fundamental na vida de muitas crianças e adolescentes⁴⁹. As mortes relacionadas com a COVID-19 também resultaram diretamente em cerca de 1,135 milhões de crianças e adolescentes em orfandade única ou dupla, com a morte de pelo menos um de seus cuidadores⁵⁰.

43 Child Wise. (2021). *O que é Salvaguarda Infantil: Significado, Exemplos e Mais*.

44 Heilmann, S. (2019, 17 de julho). *Explicando: Investigação do parlamento australiano sobre o combate ao turismo em orfanatos. Voluntariado responsável*.

45 ECPAT Internacional. (2021). *Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em contexto de viagens e turismo* e acompanhando a análise legal de país sobre as condições de implementação dos 24 pontos da lista de verificação legal assim como o *Progresso Global acerca a erradicação da Exploração Sexual Infantil*.

46 ECPAT. (2021). *Resumo sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo*.

47 Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas. (2021, 21 de março). *O aumento da violência contra as crianças deve ser enfrentada com uma abordagem baseada em direitos*.

48 Grupo Banco Mundial. (2020, 7 de outubro). *COVID-19 irá enviar até 150 milhões de pessoas para a pobreza extrema até 2021*. Banco Mundial.

49 Save the Children. (2020). *O impacto oculto do COVID-19 na educação das crianças | Centro de Recursos de Saúde e Educação*.

50 Hillis, S. D., Unwin, H. J. T., Chen, Y., Cluver, L., Sherr, L., Goldman, P. S., Ratmann, O., Donnelly, C. A., Bhatt, S., Villaveces, A., Butchart, A., Bachman, G., Rawlings, L., Green, P., Nelson, C. A., & Flaxman, S. (2021). *Estimativas mínimas globais sobre crianças afetadas pela orfandade associada ao COVID-19 e mortes de cuidadores: um estudo de modelagem*. *The Lancet*, 398(10298), 391–402.

Houve uma pausa quase completa no turismo voluntário internacional em todo o mundo. As empresas, incluindo aquelas que ofereciam pacotes de turismo voluntário, foram fortemente impactadas pela pandemia, com um bom número fechando as portas, encolhendo ou suspendendo suas operações⁵¹. Considerando que as vulnerabilidades para crianças foram exacerbadas e os infratores continuam adaptando suas abordagens para acessar e explorar crianças e adolescentes, a ECPAT Internacional requisitou aos governos e empresas que fortalecessem a colaboração durante o período de recuperação pós-COVID-19, com foco em negócios responsáveis e sustentáveis e alinhados com padrões de proteção de crianças em foco⁵².

O efeito da pandemia em orfanatos foi gritante. Um estudo recente sobre o efeito do COVID-19 em 23 instituições de assistência domiciliar privadas e financiadas revelou que quase um quarto dos participantes do estudo descobriu que a remoção de voluntários e visitantes de curto prazo teve um impacto positivo no bem-estar das crianças e adolescentes. Nenhum dos participantes relatou que as atividades de voluntariado anteriores trouxeram contribuições significativas para os cuidados, e 62,5% relataram que suas organizações apenas recebem voluntários para ter acesso a financiamento que eles traziam. No entanto, dos entrevistados, 81% afirmaram que ainda pretendiam retomar totalmente o voluntariado e as visitas em orfanatos pós-pandemia, incluindo 19% dos entrevistados que também relataram os benefícios que não ter voluntários trouxeram para as crianças e adolescentes nas instituições durante a pandemia. Esses dados apoiam a pesquisa existente de que a lotação de voluntários em orfanatos é usada principalmente como uma fonte de financiamento, apesar dos danos reconhecidos que podem ser causados⁵³.

AS SOLUÇÕES

Embora os três fatores descritos acima tenham um impacto significativo na questão do volunturismo, uma revisão global revelou alguns exemplos positivos que podem ser adotados para prevenir e responder melhor contra a exploração sexual de crianças em viagens e turismo.

Principais intervenções legais para proteger crianças da exploração sexual em viagens e turismo

A análise detalhada das intervenções legais para proteger crianças e adolescentes no contexto de viagens e turismo, com foco específico na questão do turismo voluntário, foi publicada pela ECPAT Internacional em 2021⁵⁴. A análise legal foi realizada levando em conta 12 países e incluiu recomendações para as principais leis e intervenções políticas a serem implementadas pelos governos, se ainda não o fizeram, para proteger crianças e adolescentes em viagens e turismo e lidar especificamente com a questão do turismo voluntário⁵⁵. Uma breve visão geral das descobertas realizadas na análise detalhada dos 12 países é descrita neste documento e a análise completa pode ser encontrada [aqui](#). Uma visualização online dos principais resultados também se reflete no mapa de Indicadores de Progresso Global da ECPAT [aqui](#).

INDICADOR: *Existem diretrizes de proteção infantil para a indústria de viagens e turismo.*⁵⁶

O [Brasil](#) tem um Código de Conduta voluntário para a indústria do turismo e atribuiu a responsabilidade pela implementação deste código aos ministérios do governo⁵⁷.

51 MF & F&D. (2021). O Impacto da Pandemia no Turismo – IMF F&D.

52 ECPAT Internacional. (2021). Fórum de Negócios Responsáveis e Direitos Humanos da ONU, Ásia-Pacífico A Nova Década de Ação?

53 van Doore, K., & Nhep, R. (2021). Impacto do COVID-19 em Instituições de Cuidados Residenciais de Gestão Privada: Insights e Implicações para Advocacy e Sensibilização.

54 ECPAT Internacional. (2021). Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo.

55 Com foco nos países Bolívia, Brasil, Camboja, Índia, Indonésia, Quênia, México, Nepal, Peru, Sri Lanka, Tailândia e Uganda, que fazem parte do projeto “Acabar com o tráfico e a exploração sexual de crianças através da recuperação e desenvolvimento sustentável de viagens e turismo” implementado pela ECPAT Internacional com o apoio da UBS Optimus Foundation.

56 ECPAT Internacional. (2021). Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo. (ponto número 13)

57 ECPAT Internacional & Grupo de Ação Regional das Américas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto de viagens e turismo (GARA). (2021, agosto). Códigos de conduta sobre proteção infantil para a indústria de viagens e turismo nas Américas.

A Índia tem um Código de Conduta não juridicamente vinculativo que é obrigatório para prestadores de serviços turísticos registrados⁵⁸.

O México tem um Código de Conduta voluntário e realizou um evento em 2017, onde foram feitas promessas para uma ação mais ampla acerca desse código de conduta⁵⁹.

O Peru tem um Código de Conduta obrigatório que lista crimes específicos relacionados à exploração sexual de crianças em viagens e turismo e a notificação obrigatória de atividades criminosas suspeitas. O não cumprimento tem consequências, incluindo a revogação de licenças e sanções penais⁶⁰.

A Política de Eliminação do Trabalho Infantil do Sri Lanka (2017) reconhece especificamente a exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo e o governo estabeleceu um banco de dados nacional de queixas específicas sobre o assunto.

INDICADOR: *As verificações de antecedentes criminais são requisitos rigorosos para cidadãos nacionais e estrangeiros que trabalham em contato direto com crianças e adolescentes⁶¹.*

A Índia exige que as escolas tenham políticas individuais de proteção que incluam a exigência de verificação de antecedentes e verificação policial dos funcionários, no entanto, não há responsabilidade criminal se elas não forem implementadas⁶².

O Código Penal da Indonésia permite que criminosos sexuais condenados sejam privados de acesso a certas funções, mas não exige verificações de antecedentes criminais. As

verificações disponíveis não fornecem um registo criminal completo e só são relevantes no distrito de aplicação durante seis meses. Não está disponível nenhuma verificação de registo criminal em nível nacional/centralizada⁶³.

Na Bolívia, embora a verificação de antecedentes criminais não seja exigida pelos regulamentos estaduais, todos os funcionários públicos ou do estado e funcionários de ONGs precisam comprovar que não possuem antecedentes criminais ou violentos⁶⁴.

O Quênia exige que criminosos sexuais condenados revelem seus antecedentes criminais quando se candidatam a empregos com crianças/adolescentes - a não divulgação é punível com prisão e multas, mas não há evidências de que ocorra na prática, sendo o processo para obter os certificados algo caro⁶⁵. Além disso, a legislação estabelece que criminosos sexuais condenados podem ser obrigados a se afastar de certos tipos de emprego.

Embora a Lei da Criança do Nepal impeça que indivíduos condenados por crimes contra crianças e adolescentes trabalhem com esse público por até dez anos, a maioria dos voluntários internacionais que operam no Nepal não realizam verificações de antecedentes⁶⁶.

INDICADOR: *A legislação estabelece um mecanismo nacional de registo centralizado de criminosos sexuais que tenha sido implementado/preparado.⁶⁷*

A Índia tem um banco de dados nacional de agressores sexuais e, em janeiro de 2021, continha mais de um milhão de nomes⁶⁸. Ele é usado para realizar verificações de antecedentes

58 ECPAT Internacional. (2018, junho). [Avançando nas práticas comerciais responsáveis sobre proteção infantil na Índia](#). Relatório da Conferência.

59 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OECD. (2018). [Tendências e Políticas de Turismo da OCDE, 2018: Mexico](#). OECD Publishing, Paris.

60 Organização Mundial da Saúde. (sem data). [Exploração e abuso sexual- Prevenir e proteger: o que você precisa saber e fazer](#).

61 ECPAT Internacional. (2021). [Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo](#). (ponto número 16)

62 The News Minute. (2021, 24 de junho). [O POCSO diz que o abuso sexual infantil deve ser denunciado obrigatoriamente: Por que isso é uma faca de dois gumes](#).

63 D. Emmerson, R. D., & Yuriutomo, I. D. (2015, 30 de novembro). [Atualização: Um guia para verificações de antecedentes na Indonésia](#).

64 Conselho da Magistratura da Bolívia, Requerimentos para o Certidão de Registo Judicial de Registo Criminal (REJAP) e Certidão de Não Violência (CENVI).

65 Gumbi, H. (2018, 28 de Abril). [Por que o certificado de boa conduta é um bilhete para desemprego](#). Revista Standard Entertainment and Lifestyle

66 The New Humanitarian. (2011, 26 de outubro). [Protegendo crianças e adolescentes de abusadores voluntários](#).

67 ECPAT Internacional. (2021). [Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo](#). (ponto número 8)

68 Revista The Economic Times. (2021, 1° de Janeiro). [Registro de criminosos sexuais vê números ultrapassarem 1 milhão](#).

para indivíduos que trabalham em escolas, albergues, faculdades e outras instituições⁶⁹.

O Quênia possui em operação um registro de criminosos sexuais onde qualquer pessoa com interesse razoável em descobrir se um indivíduo está nesse registro pode solicitar a informação - o registro inclui uma notificação às autoridades para viagens internacionais⁷⁰.

O México implementa uma rede nacional para armazenar informações criminais e mantém um registro público de criminosos sexuais, mas não há informações disponíveis sobre seu uso em relação ao turismo.

O Peru elaborou uma lei para um registro de criminosos sexuais, no entanto, não há informações disponíveis se ele foi implementado.

O Sri Lanka mantém um registro criminal centralizado⁷¹ e tem se manifestado em relação à nomeação pública de criminosos sexuais que agiram contra crianças e adolescentes⁷².

A Tailândia não possui um registro central de criminosos sexuais, mas coleta dados sobre criminosos em nível nacional.

Em maio de 2021, Uganda aprovou uma lei para criar um registro de agressores sexuais e também a exigência de divulgação de condenações ao se candidatar a emprego com crianças e adolescentes⁷³.

INDICADOR: Regular e monitorar o uso de voluntários (inclusive em 'volunturismo') em ambientes e atividades que envolvam contato direto com crianças e adolescentes, principalmente proibindo visitas a orfanatos/ambientes de cuidados residenciais em favor do redirecionamento da indústria para soluções que apoiem ações de base comunitária⁷⁴.

Dos países analisados, apenas o Peru possui uma lei específica⁷⁵ que impede pessoas (nacionais e estrangeiras) com antecedentes criminais graves de trabalharem voluntariamente.

Nenhuma informação estava disponível sobre sua implementação ou eficácia.

Regulação Legislativa do Voluntariado

A legislação relacionada ao voluntariado é encontrada globalmente, porém é predominantemente focada no voluntariado doméstico. Mesmo onde a legislação está em vigor, há desafios consideráveis para sua implementação: falta de apropriação das iniciativas de voluntariado e falta de conscientização por parte dos funcionários do governo ou vontade política para implementação⁷⁶.

Alguns exemplos de boas práticas identificadas na análise para⁷⁷ esse documento incluem:

- A Sérvia especifica quem podem ser os beneficiários do voluntariado e, fundamentalmente, afirma que o voluntariado não pode ser realizado por "uma pessoa... que tenha sido proibida de exercer a sua profissão e deveres relacionados com a atividade de voluntariado, ou uma pessoa condenada por certas categorias de crimes graves (que incluem crimes sexuais relacionados com crianças e adolescentes).
- A Polónia exige que todos os voluntários sejam devidamente qualificados em conformidade com os requisitos adequados ao âmbito das atividades, conforme previsto noutras legislações.
- A Dinamarca exige que todos os voluntários que trabalham com crianças e adolescentes passem por uma verificação no registro nacional que contém os nomes de todas as pessoas condenadas por abuso sexual de crianças e adolescentes.
- A Austrália exige que todos os voluntários que tenham contato com crianças e adolescentes passem por verificações obrigatórias de antecedentes e obtenham um Certificado de Trabalho com Crianças ou algo equivalente⁷⁸.

69 Escritório Nacional de Registros de Crimes Ministério de Assuntos Internos da Índia. (2020). *Compêndio CCTNS/ICJS-de Boas Práticas e Histórias de Sucesso*.

70 SMART. (2014). *Visão geral global dos sistemas de registro e notificação de criminosos sexuais*.

71 TheMorning. (2021, 14 de Agosto). *Abuso infantil no Sri Lanka: Não há registros em separado de agressores sexuais*.

72 Saleem, I. (2021, 23 de Janeiro). *O Sri Lanka deve ter um registro de criminosos sexuais?*

73 República da Uganda. (2019). *O Projeto de Lei de Ofensas Sexuais 2019. Projeto de Lei em Tramitação*.

74 ECPAT Internacional. (2021). *Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo*. (ponto número 16)

75 Instituto de Planejamento Metropolitano Peru. (2021). *Estrutura jurídica*.

76 Voluntários da ONU. (2009). *Leis e Políticas que Afetam o Voluntariado desde 2001*. 15

77 ECPAT Internacional. (2022). *Anexo: Como o Volunturismo pode Facilitar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Principais conclusões da análise jurídica de 12 países*. Bangkok: ECPAT Internacional.

78 Comissão Australiana de Inteligência Criminal. (sem data). *Trabalhando com verificações infantis*.

- A África do Sul alterou sua Lei de Imigração em 2002 para fornecer um procedimento de concessão de vistos para voluntários internacionais⁷⁹.
- Os Estados Unidos exigem que os voluntários que trabalham com crianças e adolescentes tenham que passar por uma verificação nacional de antecedentes⁸⁰.

Embora não tenham sido desenvolvidas especificamente para abordar o voluntariado, muitas **leis e políticas trabalhistas existentes** podem ser aplicáveis aos voluntários, no entanto, a aplicação dessas leis a essa categoria de indivíduos geralmente é limitada⁸¹.

ESTUDO DE CASO DE BOAS PRÁTICAS – AS FILIPINAS

O voluntariado é uma prática bem estabelecida nas Filipinas, e muitos residentes participam de programas de voluntariado nacionais e internacionais. O governo das Filipinas criou a Agência Nacional de Coordenação de Serviços Voluntários (PNVSCA) através da Lei nº 9.418 que dispõe sobre o Fortalecimento do Voluntariado. Essa agência mantém um registro centralizado⁸² com a identidade de todos os voluntários domésticos e é mandatária para trabalhar com instituições governamentais e outras partes interessadas (stakeholders) no âmbito do Programa Nacional de Serviço Voluntário. Em 2007 (atualizado em 2014)⁸³, foi desenvolvido um Plano de Implementação do Programa de Voluntários Estrangeiros que atua como um guia para o recebimento de voluntários estrangeiros nas Filipinas para atender às principais prioridades de desenvolvimento⁸⁴.

O Programa de Voluntariado Internacional é um dos principais componentes do plano e permite que agências governamentais, instituições acadêmicas e ONGs registrem solicitações para receber voluntários. As solicitações são avaliadas pela PNVSCA e as decisões são tomadas por mérito e em um cronograma indicativo para a lotação dos voluntários. Os candidatos podem ser obrigados a enviar uma apresentação do projeto e manifestar consentimento para visitas. A PNVSCA é responsável por conceder ou negar um visto especial tipo 47(a)(2), que concede aos voluntários estrangeiros isenção de taxas e encargos de imigração⁸⁵. Uma vez concedida a aprovação, a PNVSCA passa a solicitação para uma organização voluntária estrangeira aprovada, que então inicia o recrutamento e seleção. Os parceiros estrangeiros são amplamente limitados a organizações financiadas/executadas pelo governo⁸⁶ que possuam medidas internas para uma efetiva seleção, recrutamento e triagem de voluntários⁸⁷.

As organizações anfitriãs que solicitam voluntariado são obrigadas a fornecer certos benefícios aos voluntários, incluindo transporte, acomodação e assistência médica de emergência, e também têm certas responsabilidades, incluindo monitorar e reportar o desempenho do voluntário, garantir a sua segurança e uma coordenação com o PNVSCA no caso de rescisão de contrato, conflito entre voluntários e funcionários ou comunidades, problemas pessoais ou qualquer 'incidente desagradável' que possa acontecer com o voluntário.

No entanto, é anedoticamente compreendido que turistas volunturistas estrangeiros ainda possam acessar lotações de trabalho voluntário nas Filipinas por meio de empresas de turismo voluntário ou diretamente com ONGs, apesar do sistema PNVSCA⁸⁸.



79 Voluntários da ONU. (2009). *Leis e Políticas que Afetam o Voluntariado desde 2001*. 18

80 Congresso dos Estados Unidos. (1998). H.R.2488 – Lei de Voluntários para Crianças e Adolescentes. Congress.Gov | Biblioteca do Congresso.

81 Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. (2011). *Questões legais relacionadas ao conjunto de ferramentas para o voluntariado*. 29.

82 Brown School Center for Social Development. (2018, 10 de dezembro). *Perspectivas Emergentes do Voluntariado Internacional na Ásia*. Universidade de Washington em St. Louis.

83 Autoridade Nacional de Economia e Desenvolvimento da República das Filipinas. (2014). *Estrutura de Implementação de Voluntários Estrangeiros atualizada em 2011-2016*.

84 Coalizão Filipina sobre Voluntariado. (2015). *Um Roteiro sobre Voluntariado pelo Desenvolvimento nas Filipinas*.

85 Voluntários da ONU. (2009). *Leis e Políticas que Afetam o Voluntariado desde 2001*. 21

86 São elas: Australian Volunteers International, Cuso International, France Volontaires, GIZ, Korea Overseas Volunteers, United States Peace Corps, Voluntary Service Overseas, Entrepreneurs du Monde, Forum Civil Peace Service, Global Initiative for Exchange and Development, Japan Overseas Cooperation Volunteers, Organization for Industrial, Spiritual and Cultural Advancement, e United Nations Volunteers.

87 Agência Nacional de Coordenação do Serviço Voluntário das Filipinas. (sem data). *Serviço Voluntário Internacional*.

88 ECPAT Filipinas (2021). Comunicação Pessoal.

Regulamentação para combater tráfico em orfanatos e escravidão moderna

O tráfico em orfanatos⁸⁹ surgiu como uma questão principal na luta contra o volunturismo em orfanatos, e tem evidentes interseções com a exploração sexual de crianças e adolescentes no volunturismo. O Relatório sobre o Tráfico de Pessoas de 2017 mencionou pela primeira vez o tráfico em orfanatos no tocante ao Nepal, ligando o turismo em orfanatos/volunturismo diretamente ao tráfico de crianças para orfanatos. Em 2016, o Índice Global de Escravidão listou o turismo em orfanatos/volunturismo no Relatório Nacional Cambojano, fazendo referência à exploração dentro de orfanatos. Em seu Plano de Ação 2016-2018, a Suécia abordou a interseção entre o tráfico para orfanatos e o voluntariado e turismo em orfanatos e incluiu medidas para prevenir crimes contra crianças e adolescentes no turismo de orfanatos.

Em 2017 a Austrália realizou um inquérito para saber se o País deveria estabelecer uma Lei de Escravidão Moderna, explorando como a Austrália contribui para a escravidão moderna por meio do tráfico em orfanatos, com o inquérito ouvindo extensas evidências sobre o apoio financeiro e voluntário à indústria de orfanatos. Ele resultou em onze recomendações significativas em relação ao tráfico de orfanatos no seu relatório final: “Hidden in Plain Sight” (Escondido em plena vista). Essas recomendações incluíram: aumento de sensibilização, reforma no fluxo de financiamento, apoio ao desinvestimento e transição, mecanismos para registrar organizações que operam orfanatos e a introdução de delitos sob a Lei da Escravidão Moderna⁹⁰. Apesar desses passos positivos, a versão final da Lei de Escravidão Moderna (2018) não cumpriu plenamente as recomendações do Inquérito e a Lei não tem referência explícita ao tráfico em

orfanatos. No entanto, a orientação de apoio⁹¹ às entidades que foram requisitadas a se reportar⁹² de forma oposta à lei se refere claramente ao tráfico em orfanatos como uma forma de tráfico humano, passível de ação penal nos termos do Código Criminal⁹³. Em 2019, a Holanda realizou uma Mesa Redonda Parlamentar para debater a questão do turismo em orfanatos e uma pesquisa-ação sobre o escopo e quais as possíveis formas de agir contra o problema⁹⁴. No Reino Unido, o tráfico em orfanatos foi incorporado em uma revisão de 2018 da legislação sobre escravidão moderna, resultando em recomendações para orientação política sobre o assunto⁹⁵.

Na Índia, a Lei Infantil de Goa (2003) aborda diretamente a questão do tráfico de crianças e adolescentes e exploração sexual no turismo, no entanto, ela só é aplicável ao Estado de Goa⁹⁶.

Uso de vistos e leis de imigração para regular o volunturismo

Não existe distinção legal entre um turista e um voluntário. Trata-se de uma importante observação, pois a grande maioria do voluntariado internacional ocorre por indivíduos que entram nos países com visto de turista⁹⁷. Vários países (Nepal, Indonésia, Índia e Sri Lanka) tentaram regular os voluntários estrangeiros, tornando ilegal o engajamento em atividades voluntárias na estadia no país por meio de um visto de turista. No entanto, a implementação dessas leis é fragmentada e o processo para obter um visto de voluntário legítimo é árduo e burocrático. Além disso, as empresas de turismo voluntário que operam nessas jurisdições não sofrem sanções com efeitos práticos por facilitar o volunturismo com vistos de turista⁹⁸. Onde há evidências de que as regras de visto estão sendo aplicadas (por exemplo, voluntários deportados por estarem com o visto errado), as razões

89 Nhep, R., Doore, V. K. (2018, 13 de Julho). *O Tráfico em Orfanatos e a Lei de Escravidão Moderna da Austrália*. E-International Relations.

90 Ibid

91 Departamento de Assuntos Internos do Governo Australiano. (2021). Citou ‘Entidades com receita consolidada acima de AUD\$ 100 milhões’. *Lei da Escravidão Moderna de 2018*.

92 A Lei exige que as entidades denunciadas relatem sobre a avaliação e a mitigação do risco de tráfico e exploração em orfanatos e preparem uma Declaração de Escravidão Moderna descrevendo os riscos de tráfico em orfanatos nas cadeias de suprimentos e ações para avaliar e agir em relação aos riscos.

93 Nhep, R., Doore, V. K. (2018, 13 de Julho). *O Tráfico em Orfanatos e a Lei de Escravidão Moderna da Austrália*. E-International Relations.

94 ECPAT Internacional. (2019, 26 de Agosto). *A conexão entre volunturismo, turismo em orfanatos e a exploração sexual infantil*.

95 Fundação Thomson Reuters, Setter, C., & Fundação Lumos. (2019, 29 de Março). *A esperança está no horizonte para combater o tráfico em orfanatos*.

96 ECPAT Internacional. (2016). *Infratores em Movimento: Estudo Global sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo*.

97 Próxima Geração Nepal. (2014, abril). *Tráfico em Orfanatos e Volunturismo em Orfanatos - Perguntas Frequentes*.

98 TRT World. (2019, 2 de Maio). *Por que os pedófilos ocidentais estão visando o Nepal?*

citadas são embasadas por leis de imigração e não proteção infantil⁹⁹. A existência de sistemas paralelos é contraproducente, pois quando voluntários entram em um país com visto de turista, certas regulamentações como a verificação de antecedentes não podem ser aplicadas¹⁰⁰. Mecanismos como o sistema de Difusão Verde da INTERPOL¹⁰¹ podem auxiliar, pois qualquer indivíduo que tenha antecedentes criminais de exploração ou abuso sexual infantil e esteja na Difusão Verde irá emitir um comunicado nas fronteiras internacionais, independentemente do tipo de visto que possuir.

Os procedimentos de imigração podem ser adaptados usando sistemas de declaração obrigatória na fronteira para verificar se os viajantes pretendem realizar atividades voluntárias em relação a crianças e adolescentes. Aqueles que indicarem que sim poderão ser examinados com verificações de antecedentes criminais, incluindo o uso do sistema de Difusão Verde.

Nos casos em que os vistos de voluntários são devidamente legislados, muitos países exigem que os voluntários sejam apadrinhados por uma organização anfitriã que será responsável por monitorá-los e pode ser tecnicamente responsabilizada pelas ações do volunturista. A aplicação consistente da legislação de vistos de voluntários permitiria que os governos exigissem verificações de antecedentes criminais antes da emissão dos vistos e mantivessem registros de movimentos e lotações de voluntários no país.

Verificações de Antecedentes

É importante reconhecer que as verificações de antecedentes criminais são limitadas em sua capacidade de identificar infratores sexuais ou impedi-los de cometer crimes devido ao fato de que muitos infratores podem nunca ter sido condenados. Conseguir completar verificações individuais de antecedentes criminais em vários países também pode ser burocraticamente complexo e demorado - portanto, um sistema coordenado internacionalmente como a Difusão Verde da INTERPOL representa um caminho

eficiente a ser seguido. Apesar desses desafios, as verificações de antecedentes representam uma proteção ativa e desempenham um papel importante na dissuasão dos infratores. Houve uma série de casos de alta repercussão em que voluntários com condenações anteriores por abuso sexual e exploração de crianças foram pegos de forma recorrente. Nesses casos, esses crimes contra crianças e adolescentes teriam sido evitados se fossem realizadas verificações de antecedentes mais rigorosas¹⁰².

O Departamento de Justiça Criminal do Reino Unido emite “Certificados Internacionais de Proteção Infantil” que se aplicam especificamente a indivíduos que desejam se voluntariar ou assumir um emprego remunerado em países estrangeiros. O certificado permite que organizações que trabalham diretamente com crianças e adolescentes acessem o registro criminal de cidadãos do Reino Unido ou daqueles que residiram no País por qualquer período de tempo. Esse mecanismo foi implementado como uma reação às evidências postas de que criminosos sexuais infantis já conhecidos estavam deliberadamente buscando oportunidades de trabalho remunerado ou voluntário com crianças e adolescentes no exterior¹⁰³.

Outros exemplos vêm de países que regulamentam o uso de voluntários internamente. Na Holanda, as pessoas que trabalham em determinadas profissões, como funcionários de creches, são obrigadas a apresentar um “Certificado de Boa Conduta” como condição de emprego¹⁰⁴. No Reino Unido, existem certas funções ou atividades que equivalem ao que é conhecido como atividade regulamentada, onde verificações de antecedentes aprimoradas com listas de barrados são exigidas por lei, tanto para cargos remunerados quanto voluntários¹⁰⁵. Na Austrália, todos os funcionários, contratantes e voluntários que possam ter contato com crianças e adolescentes são obrigados a passar por uma “Verificação de Trabalho com Crianças/Pessoas Vulneráveis”, que incorpora uma verificação dos registros policiais nacionais e fornece ao indivíduo um cartão indicando que ele está autorizado a trabalhar com crianças e adolescentes¹⁰⁶.

99 The Jakarta Post. (2019, 22 de Março). [Voluntários americanos deportados de Lombok](#).

100 Paul Miedema. (2015). [Artigo de Especialista – Turismo Voluntário e Proteção Infantil](#). Estudo Global sobre a Exploração de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo

101 Veja em: INTERPOL. (sem data) [Sobre as difusões](#).

102 BBC News. (2017, 12 de Julho). [Os agressores sexuais de crianças e adolescentes deveriam ser autorizados a viajar?](#).

103 ACRO. (2021). [Certificado Internacional de Proteção Infantil](#).

104 Biblioteca do Congresso. (2015). [Holanda: Coordenação da Campanha Europeia Contra o Turismo Sexual Infantil](#)

105 Knowhow. (2021, 22 de Junho). [Aprendendo como realizar verificações de antecedentes — NCVO Knowhow](#).

106 Ibid

Práticas de Proteção Infantil Padronizadas

Após repetidos escândalos no setor de assistência e desenvolvimento e o movimento resultante #AidToo, o governo do Reino Unido liderou uma Cúpula Internacional de Salvaguarda em 2018 para enrijecer as regulamentações sobre trabalhadores humanitários e melhorar o rastreamento dos acusados de má conduta. As medidas incluíram uma articulação por meio da INTERPOL para fortalecer a verificação prévia de funcionários, o Esquema de Divulgação de Má Conduta (Misconduct Disclosure Scheme) para verificar possíveis más condutas anteriores e prover um Passaporte de Trabalhador de Assistência para provar a identidade e as condições de verificação. Após um ano de operação, o Esquema de Divulgação de Má Conduta impediu que 10 indivíduos fossem recontratados¹⁰⁷. Além disso, a empresa BOND produziu uma ferramenta abrangente de proteção para a indústria de assistência¹⁰⁸. Embora esses mecanismos não sejam estritamente aplicáveis ao setor do volunturismo, eles fornecem fortes exemplos e oportunidades de expansão.

A Austrália adotou os Princípios Nacionais para Organizações Seguras para Crianças com o objetivo de garantir que as organizações sejam espaços seguros para crianças e adolescentes¹⁰⁹. Os princípios não são obrigatórios, no entanto, referem-se a ações que são obrigatórias para organizações que trabalham com crianças e adolescentes, incluindo a verificação de antecedentes, notificações obrigatórias e proporções de presença entre adultos e crianças. O Reino Unido possui legislação e diretrizes específicas para proteger crianças e adolescentes, o que inclui a obrigação de notificação compulsória¹¹⁰.

Além disso, os departamentos/ministérios de desenvolvimento e assistência externa nos países

financiadores, incluindo Austrália¹¹¹, Estados Unidos¹¹² e Reino Unido¹¹³, geralmente possuem requisitos claros de conformidade com critérios de proteção que devem ser assinados pelos destinatários do financiamento. Esses requisitos descrevem padrões mínimos para a proteção de pessoas vulneráveis e incluem a necessidade de políticas de proteção infantil, códigos de conduta, processos de recrutamento e recursos humanos, mecanismos de denúncia e considerações de privacidade de dados.

Legislação Extraterritorial

Embora a legislação extraterritorial não atue estritamente como uma medida preventiva na exploração sexual de crianças em viagens e turismo, como a verificação de antecedentes faz, ela fornece um impedimento que faz possíveis infratores pensarem duas vezes antes de se envolver em violações de direitos se estiverem cientes de que podem ser processados em sua terra natal. Vários casos de grande repercussão envolvendo turistas voluntários resultaram em condenações no país de origem do infrator: Simon Harris foi condenado no Reino Unido após várias viagens ao Quênia para organizar estágios de ensino em anos sabáticos para estudantes¹¹⁴, e o cidadão dos Estados Unidos Matthew Durham foi condenado por abusar sexualmente de um número de crianças em orfanatos quenianos durante sua quarta viagem missionária e, posteriormente, sentenciado a quarenta anos de prisão¹¹⁵.

Há agora um número crescente de países com disposições extraterritoriais que podem ser usadas para processar criminosos por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, no entanto, o uso real das leis ainda é relativamente raro. No Reino Unido, a Seção 72 da Lei de Crimes Sexuais de 2003, que permite que indivíduos sejam processados no Reino Unido por crimes no exterior, teve apenas sete processos entre cobrindo o período entre 1997 e 2018 – uma taxa

107 Departamento de Desenvolvimento Internacional. (2020, 19 de outubro). [Cúpula de Salvaguarda: Relatórios de progresso após um ano](#). GOV.UK

108 Bond. (Sem data). [Proteção Bond – Ferramenta de Salvaguarda da Bond](#).

109 Child Family Community Australia. (2019, 6 de novembro). [Organizações seguras para crianças: Informações para organizações sobre como manter crianças seguras](#).

110 Departamento de Educação. (2020, 9 de dezembro). [Trabalhando juntos para proteger as crianças](#). GOV.UK.

111 Departamento Australiano de Relações Exteriores e Comércio. (2017, 26 de outubro). [Política de proteção infantil do DFAT - outubro de 2017 - World ReliefWeb](#)

112 USAID. (2020, 1º de dezembro). [Orientação da USAID sobre proteção infantil para parceiros de implementação](#). Prevenção de Má Conduta Sexual. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

113 Departamento de Desenvolvimento Internacional. (2020). [Devida Diligência de Salvaguarda da Criança: para parceiros externos](#). GOV.UK.

114 BBC News. (2015, 26 de fevereiro). [O chefe do setor de caridade do Reino Unido, Simon Harris, é preso por abuso sexual de crianças e adolescentes no Quênia](#).

115 Media Diversified. (2019, 2 de Maio). [O Roubo da Inocência: Volunturismo e Abuso Sexual Infantil](#).

de um processo a cada três anos¹¹⁶. A Alemanha reconhece a jurisdição extraterritorial em seu Código Penal e disposições específicas foram aprovadas para facilitar a acusação de viajantes que se envolviam em infrações sexuais contra crianças e adolescentes¹¹⁷. O Código Penal da Austrália (Divisão 272) concentra-se em crimes sexuais cometidos fora da Austrália por cidadãos australianos e residentes permanentes e, além disso, define o incentivo ou benefício desses crimes como atos passíveis de ação judicial¹¹⁸. Os Estados Unidos têm uma lei federal que proíbe um cidadão ou residente americano de viajar para um país estrangeiro com a intenção de se envolver em conduta sexual com um menor, e considera crime organizar ou ajudar outra pessoa a viajar com essa finalidade¹¹⁹. No entanto, observou-se que o número de processos judiciais bem-sucedidos usando essas disposições é relativamente baixo¹²⁰.

Embora não sejam exemplos de legislação extraterritorial, há exemplos emergentes de ações judiciais movidas contra organizações situadas em países que enviam voluntários e que oferecem estágios voluntários de turismo em orfanatos. Em 2021, uma instituição de caridade registrada nos Estados Unidos foi processada usando a Lei sobre Organizações Corruptas e Influenciadas por Extorsionários, alegando que a organização sem fins lucrativos “First Love International Ministries” e seu parceiro, “Loving InDeed”, no Quênia¹²¹, estavam provocando danos e forma fraudulenta contra crianças, adolescentes e doadores por meio da exploração infantil e da fraude contra voluntários.

Regulação da Indústria de Turismo

Até o momento, os esforços dos governos para regular o turismo voluntário são limitados. Alguns governos exigem que as operadoras de turismo se reportem sobre o cumprimento de padrões mínimos, no entanto, esses padrões não estão especificamente relacionados ao volunturismo. Na Índia, o Ministério do Turismo impõe diretrizes

para hotéis, agentes de viagens, associações de viagens e outros tipos de provedores, com uma seção de relatórios obrigatórios sobre o Código de Conduta para o Turismo Seguro e Honrado. Isso serve como pré-requisito para a aprovação de todas as licenças, e os registros dos esforços de conformidade devem ser mantidos e exibidos para os Comitês durante o processo de renovação da licença, embora a aplicação seja limitada¹²².

Por um longo tempo tem se discutido sobre as regulamentações do setor para práticas de turismo voluntário e dezenas de diretrizes, códigos de conduta, padrões e credenciamentos que tentaram estabelecer boas práticas – algumas das quais incluem medidas destinadas a proteger crianças e adolescentes contra exploração sexual e outras¹²³. No entanto, muitas regulamentações não são obrigatórias e dependem inteiramente de autoavaliação, regulamentação e notificação - limitando a responsabilidade e reduzindo a supervisão, monitoramento e fiscalização do governo.

Em alguns casos, por exemplo, na Colômbia e no Peru, os códigos nacionais que incluem medidas de proteção a crianças e adolescentes são obrigatórios para o setor e são implementados pelas respectivas Autoridades de Turismo juntamente com o The Code em nível internacional, com o apoio dos Representantes Locais do The Code. Outro exemplo de aplicação da indústria é o Código de Conduta para Guias Turísticos de Hong Kong, que é aplicado pelo Conselho da Indústria de Viagens de Hong Kong, que impõe penalidades quando o seu código é violado¹²⁴.

Na Holanda, um estudo sobre os provedores de volunturismo resultou em uma avaliação alta no tópico sobre práticas de proteção infantil, descrevendo códigos de conduta para trabalhar com crianças e adolescentes, requisitos obrigatórios para um certificado de boa conduta emitido pelo governo para trabalhar em creches e a existência de políticas de proteção infantil que usam como base as orientações da ECPAT

116 Inquérito Independente do Reino Unido sobre Abuso Sexual Infantil. (sem data). [Crianças fora do Reino Unido](#).

117 ECPAT Alemanha. (2016). [Exploração sexual de crianças no exterior por perpetradores alemães](#).

118 Ministério Público Federal da Austrália. (sem data). [Exploração Infantil](#) | Diretor do Ministério Público da Commonwealth.

119 O Departamento de Justiça dos Estados Unidos. (2021, 13 de abril). [Exploração Sexual Extraterritorial de Crianças e Adolescentes](#)

120 ECPAT Alemanha. (2016). [Exploração sexual de crianças no exterior por perpetradores alemães](#).

121 Business Wire. (2021). [Organização de caridade com sede em Illinois é alvo de ação judicial alegando tráfico em orfanatos no Quênia, de acordo com a Firma Legal FeganScott](#).

122 ECPAT Internacional. (2021). [Visão geral do país ECPAT: Índia](#). 23

123 Por exemplo: The Code, Comhlahm, Childsafe, ABTA, VSO/Forum Standards for Volunteering for Development, Organização Mundial do Turismo (Código Global de Ética), ACFID, VOFAIR, Qualität in Freiwilligendiensten, Sociedade Internacional do Volunturismo, Tourism Concern.

124 Frieling, K. (2021, fevereiro). [Rumo a uma Estrutura para Códigos de Conduta Eficazes na Indústria do Turismo: Um Estudo Comparativo e Analítico de Códigos de Conduta na Indústria Têxtil e de Turismo](#). Universidade e Centro de Pesquisa de Wageningen.

Holanda/Defence for Children e pela Better Care Network¹²⁵.

Regulação de Acolhimentos para Crianças

Os esforços para regular os orfanatos por meio de registro obrigatório, a imposição de diretrizes mínimas para o atendimento¹²⁶ e a adoção de estratégias de desinstitucionalização trouxeram melhorias na qualidade do atendimento ofertado para crianças e adolescentes e no fortalecimento da sensibilização dos funcionários dos orfanatos sobre os danos que os voluntários podem causar. No Quênia, a regulamentação do setor fez com que o governo colocasse moratórias no registro de novos orfanatos^{127,128}.

Em 2014, o governo indiano prometeu colocar câmeras do tipo CCTV em todas as instalações residenciais como resposta contra casos de abuso¹²⁹, mas não é conhecido se isso realmente ocorreu. O grande volume de filmagens que seria coletado por meio desse mecanismo exigiria recursos significativos para revisão e monitoramento delas. No Nepal e na Uganda é ilegal que os voluntários de orfanatos fiquem alojados no mesmo prédio que as crianças e adolescentes, no entanto, a análise indica que essas leis não são aplicadas¹³⁰.

Cooperação Internacional e compartilhamento de dados

O uso de mecanismos internacionais de cooperação e compartilhamento de dados pode

atuar como uma ferramenta poderosa tanto na prevenção quanto na reação contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em contexto de viagens e turismo.

A Austrália¹³¹ e a Holanda¹³² têm uma legislação abrangente em vigor para proibir criminosos sexuais conhecidos de conseguir obter passaportes ou viajar internacionalmente, enquanto o Reino Unido possui disposições semelhantes que não são aplicadas com tanta rigidez¹³³. Em 2016, os Estados Unidos aprovaram a ‘Lei de Megan’, para criar mecanismos de notificação avançada de criminosos sexuais viajantes. Ela exige que um identificador visual seja incluído nos passaportes de indivíduos condenados por crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes e exige que os infratores notifiquem as autoridades sobre sua intenção de viajar com 21 dias de antecedência e, posteriormente, que as autoridades notifiquem outros países da chegada de um agressor sexual infantil condenado¹³⁴. A Alemanha também planeja reprimir e restringir o movimento de criminosos sexuais com uma proposta de legislação¹³⁵. A Austrália e a Indonésia têm um acordo em vigor que exige que a imigração australiana alerte o governo indonésio quando um criminoso sexual infantil condenado estiver viajando para sua jurisdição¹³⁶.

Embora sejam passos positivos, a capacidade para identificação e notificação desses viajantes exige uma maior capacidade de registro de dados biométricos em aeroportos¹³⁷ ou fronteiras entre estados – uma ferramenta que muitos países que recebem migrantes lutam para implementar.

125 van den Brink, S. (2015). *O Setor de Volunturismo Holandês: Uma Análise Qualitativa do Conteúdo Web da Comunicação de Responsabilidade*. Universidade de Wageningen

126 Centro FXB para Saúde e Direitos Humanos (2015). *Crianças cambojanas precisam de melhores opções de cuidados alternativos*. Universidade de Harvard.

127 Chege, N. & Ucembe, S. (2020). *A dependência excessiva do Quênia na institucionalização como modelo de cuidado infantil e proteção infantil: uma abordagem sobre as raízes das causas*. MDPI, 9(4).

128 The Conversation. (2019). *O Quênia dá os próximos passos para substituir as casas das crianças por cuidados familiares*.

129 Rediff. (2014, 29 de maio). *Abrijo HORROR: “Crianças abusadas sexualmente, obrigadas a comer fezes”*.

130 Better Care Network. (2016, 1º de novembro). *Cuidados infantis alternativos e desinstitucionalização: um estudo de caso do Nepal*.

131 Polícia Federal Australiana. (Sem data). *Viajantes agressores sexuais de crianças e adolescentes*.

132 Koning, A. (2017). *Proibições de viagens para criminosos sexuais infantis conhecidos: enfrentando a ameaça “pedófila”?* Blog de Leiden Law, Universidade de Leiden

133 BBC News. (2017, 12 de Julho). *Os agressores sexuais de crianças e adolescentes deveriam ser autorizados a viajar?*

134 Congresso dos EUA. (2016). H.R. 515 (114º): *Lei Internacional de Megan para Prevenir a Exploração Infantil e Outros Crimes Sexuais através da Notificação Avançada de Agressores Sexuais Viajantes*. GovTrack.U.S.

135 Deutsche Welle. (2020). *Governo alemão pede repressão para criminosos sexuais*.

136 ABC News. (2016, 18 de maio). *Dezenas de pedófilos australianos são impedidos de entrar na Indonésia, mas há um temor de que mais escapem pela rede*.

137 Just Ask Thales. (2020, June 12). *Tecnologia biométrica em aeroportos – eis o que você precisa fazer*.

Outros exemplos de compartilhamento de dados incluem o Sri Lanka, onde o Departamento de Imigração e Emigração mantém listas de solicitantes de visto em três categorias: vermelho, âmbar e verde. O sistema está vinculado a dados recebidos de fontes diplomáticas e por meio do Serviço de Inteligência do Estado¹³⁸.

Além disso, a rede INTERPOL inclui 195 países membros conectados que podem acessar 19 bancos de dados especializados. Mais além, o sistema de difusões coloridas da INTERPOL permite que os países compartilhem rapidamente solicitações de cooperação policial ou divulguem alertas. As Difusões Verdes emitidas pela INTERPOL a pedido de um país membro notificarão instantaneamente todos os demais países membros sobre os riscos representados por um agressor sexual infantil identificado que pode ser sinalizado nos postos de fronteira.

Órgãos nacionais de voluntariado, estratégias de turismo e voluntariado

Vários países que enviam voluntários (por exemplo, Austrália, Reino Unido, Holanda) e que os recebem (por exemplo, Brasil, Peru, Tailândia) estabeleceram órgãos ou conselhos nacionais sobre voluntariado com representações do governo, da sociedade civil e do setor privado. Esses órgãos são projetados para promover e facilitar o voluntariado e fornecer informações, treinamento, educação e serviços de correspondência de voluntários e são mantidos por estratégias nacionais destinadas a promover o crescimento e o desenvolvimento do setor de voluntariado¹³⁹. Muitos foram estabelecidos como uma resposta à legislação ou esforços políticos para promover o voluntariado doméstico, no entanto, alguns mencionam explicitamente o voluntariado internacional¹⁴⁰.

Nenhum dos documentos da estratégia nacional de voluntariado revisado continha qualquer referência à proteção infantil. Em vez disso, eles promovem os benefícios do voluntariado (inclusive os econômicos). Por exemplo, a estratégia da Índia refere-se à dificuldade de obtenção de vistos para voluntários internacionais devido à exigência de aprovação de três ministérios governamentais diferentes e fornece recomendações para melhorar esse sistema¹⁴¹.

Quase todos os países analisados neste exercício têm uma estratégia de desenvolvimento do turismo, muitos dos quais se referem à necessidade de aumentar a disponibilidade de formas de turismo “responsáveis”, como o ecoturismo e o turismo comunitário. Todas as estratégias estão centradas no atendimento das necessidades e demandas dos turistas, inclusive priorizando sua segurança e proteção¹⁴². A estratégia do Sri Lanka refere-se especificamente ao voluntariado como algo positivo e procura incentivar mais a prática¹⁴³. Embora algumas estratégias nacionais reconheçam a necessidade de mitigar os impactos negativos do turismo, o risco de danos causados contra crianças e adolescentes pela exploração sexual não foi reconhecido em nenhuma das estratégias analisadas.

A regulamentação do turismo e o reconhecimento dos impactos negativos é uma questão sensível para os governos devido à grande quantidade de receita gerada pelo dólar turístico. A mesma lógica se aplica à regulamentação dos voluntários internacionais ou ao reconhecimento dos riscos que eles representam devido à interseccionalidade do turismo e do voluntariado: os voluntários também são turistas e, como tal, geram receitas significativas para os governos (taxas de visto, impostos) e fornecem dinheiro muito necessário para economias que se encontram em dificuldade¹⁴⁴.

138 Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança. (2018). Lista de questões relacionadas ao relatório apresentado pelo Sri Lanka nos termos do artigo 12 (1) do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil. Sistema de Bibliotecas Digitais das Nações Unidas.

139 Setopati. (2020). Esboço da Política Nacional de Voluntariado: Uma oportunidade única para o Nepal.

140 Voluntários da ONU. (2009). Leis e Políticas que Afetam o Voluntariado desde 2001. 15

141 Voluntários das Nações Unidas. (2012). Voluntariado na Índia, Contextos, Perspectivas e Discursos.

142 Turker, S. (2017). O Desafio do Volunturismo para o Turismo de Bali. | Semantic Scholar

143 Sri Lanka Mirror. (2017, April 11). Sri Lanka implementa um plano estratégico para o turismo.

144 Instituto de Políticas de Migração. (2021). Estratégia da União Europeia sobre Retorno Voluntário e Reintegração: Elaborando um Roteiro para Melhor Cooperação com os Países de Origem dos Migrantes- Mundo.

Sensibilização pública, advocacy e educação

Movimentos como o “ReThink Orphanages¹⁴⁵” (RePensar Orfanatos, em tradução livre) têm contribuído para aumentar a conscientização sobre os riscos que o volunturismo pode trazer para crianças e adolescentes, contribuindo fortemente com o debate nacional presente na Austrália sobre o assunto, e trabalhando em estreita colaboração com o governo australiano para desenvolver orientações¹⁴⁶ para turistas que desejam trabalhar de forma voluntária com crianças e adolescentes no exterior. Esse trabalho resultou ainda no estabelecimento do Centro dos Voluntários Australianos pelo Voluntariado Internacional Seguro para Crianças¹⁴⁷ com o objetivo de promover o turismo e voluntariado responsáveis. No Reino Unido, um documento de orientação do governo busca ajudar os turistas voluntários a entender quais os riscos envolvidos e fornecer informações para a tomada de boas decisões¹⁴⁸. Embora sejam medidas positivas, a proteção e a compreensão sobre os riscos presentes para crianças e adolescentes são complexas e a orientação às vezes é generalista e coloca o ônus sobre os viajantes para avaliar quais os riscos presentes nas empresas ou oportunidades de turismo voluntário em que estão considerando se engajar. Muitas pessoas têm dificuldades para realmente compreender a extensão dos riscos que essas práticas representam para as crianças e adolescentes.

Esforços para aumentar a sensibilização nos países que recebem voluntários sobre os riscos envolvidos e associados ao volunturismo têm se centrado amplamente no turismo de forma mais ampla. As campanhas bem-sucedidas incluem a campanha “Children Are Not Tourist Attractions”¹⁴⁹ (Crianças não são atrações

turísticas) da Childsafe e a campanha “Don’t look away” (Não desvie o olhar), ambas com materiais de sensibilização e mecanismos de denúncia¹⁵⁰. Nos países que enviam voluntárias, várias campanhas realizadas pela ReThink Orphanages¹⁵¹, incluindo a apelação da universidade, bem como a Lumos¹⁵², contribuíram para uma maior conscientização sobre os danos do volunturismo¹⁵³. Na Holanda, o Apelo das ONGs Holandesas¹⁵⁴ convoca Organizações Não Governamentais, empresas, igrejas e escolas que invistam em formas de assistência com base familiar e a campanha #StopOrphanageTourism (Pare com o turismo em orfanatos) pede aos jovens holandeses que reconsiderem viagens de volunturismo em orfanatos¹⁵⁵.

Promovendo Turismo Responsável

Globalmente, o movimento para formas mais responsáveis de turismo aumentou nos últimos anos, impulsionado pela demanda de consumidores cada vez mais conscientes quanto aos impactos que as viagens podem ter nas comunidades de destino. Embora isso tenha se concentrado em grande parte nos impactos ambientais, tem surgido uma crescente conscientização sobre o impacto social do turismo nas destinações. Subsequentemente, observamos uma proliferação de empreendimentos sociais que oferecem aos turistas que não desejam se voluntariar oportunidades para impactar positivamente a comunidade local de forma alternativa.

No entanto, às vezes esses modelos podem criar suas próprias preocupações em relação à proteção, pois turistas e voluntários podem entrar em contato mais diretamente com as comunidades em nível local por meio de ações como hospedagem em famílias locais e outras

145 Rethink Orphanages. (sem data). [Voluntariado em Orfanatos](#).

146 Departamento de Relações Exteriores e Comércio do Governo Australiano. (2018). [Voluntariado inteligente](#).

147 AVI. (2020, 14 de maio). [Centro de Voluntariado Seguro para Crianças](#).

148 Governo do Reino Unido. (2019). [Anos de intervalo, voluntariado no exterior e aventuras em viagens](#). GOV.UK.

149 ChildSafe- As crianças não são atrações turísticas. (2018, 23 de abril). [Movimento ChildSafe](#).

150 Governo da Holanda. (2015, 26 de março). [Nova campanha contra o turismo sexual infantil: Don't look away](#).

151 Rethink Orphanages. (sem data). [Voluntariado em Orfanatos](#)

152 Lumos. (2021). [O problema com orfanatos](#).

153 Rethink Orphanages. (sem data). [Voluntariado em Orfanatos](#)

154 Rede Better Care Network Holanda. (2019). [Apelo das ONGs Holandesas](#)

155 Ibid

formas de engajamento em atividades comunitárias. O turismo de base comunitária apresenta muitos riscos para crianças e adolescentes: faltar à escola para trabalhar no turismo, contato não supervisionado ou inapropriado com turistas, violações da privacidade das crianças e dos adolescentes, necessidades das crianças sendo comprometidas para acomodar os viajantes, além de um aumento do risco de abuso e exploração sexual¹⁵⁶.

Voluntários não só possuem acesso a crianças e adolescentes dentro das organizações em que estão trabalhando – eles entram em contato com crianças e adolescentes nas comunidades em que elas vivem; em praias, bares e restaurantes, pousadas e hospedagens.

Pesquisas constataram que crianças e adolescentes fora do contexto de cuidado parental, crianças de rua e crianças migrantes são especialmente vulneráveis à exploração sexual¹⁵⁷. Elas são frequentemente encontradas em áreas onde os turistas, especialmente aqueles que procuram uma experiência mais “autêntica” e “imersiva”, se sentem mais atraídos a visitar.

156 Movimento ChildSafe. (Sem data). [Uma inovação na indústria: turismo comunitário seguro para crianças e adolescentes na Tailândia](#). Movimento Childsafe

157 ECPAT. (2021). [Resumo sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo](#).

RECOMENDAÇÕES

Fortalecimento do Sistema de proteção infantil

Os governos devem continuar a investir na melhoria dos sistemas nacionais de proteção infantil para garantir que crianças e adolescentes sejam protegidas em todas as circunstâncias. Isso inclui o aumento do financiamento e investimento na construção de conhecimentos técnicos para atender às necessidades das crianças e adolescentes, bem como a criação de fortes parcerias com organizações da sociedade civil visando encaminhamentos focado no público específico e fornecimento de apoio. A capacitação das autoridades locais e a criação de mecanismos de proteção de base comunitária garantem a identificação e intervenção o mais cedo possível. Os programas governamentais de bem-estar social devem ter como objetivo prevenir a vulnerabilidade infantil e devem abordar as causas profundas que colocam crianças, adolescentes, famílias e comunidades em risco.

No mínimo, os governos devem ratificar e implementar todos os instrumentos relevantes¹⁵⁸ de direitos da criança e revisar adequadamente todas as leis nacionais. Medidas adicionais específicas para proteção e salvaguarda de crianças e adolescentes devem ser implementadas nacionalmente para fortalecer ainda mais a prevenção e a ação.

Sistemas nacionais de notificação

Os governos devem desenvolver, melhorar e promover sistemas nacionais de notificação no que tange a proteção infantil, que permitam que qualquer pessoa (incluindo as próprias crianças e adolescentes) relate incidentes e preocupações. Os mecanismos de denúncia devem ser acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência e crianças de diferentes idades e habilidades, e devem incluir uma variedade de pontos de acesso, inclusive pontos por serviços on-line, por escrito e pelo uso de linhas telefônicas. A promoção deve ser diferenciada segundo os públicos-alvo, incluindo crianças, adolescentes,

famílias, instituições religiosas, profissionais de saúde, educadores, setor privado (especificamente operadores turísticos), organizações da sociedade civil, turistas e voluntários.

Os governos devem garantir que existam mecanismos de proteção para os indivíduos que fazem denúncias e permitam notificações anônimas. Os departamentos governamentais responsáveis pela proteção infantil devem ter recursos adequados para receber, investigar, denunciar e processar casos.

Diretrizes mínimas de proteção infantil

Todas as organizações que trabalham com o público infantil devem ser obrigadas a cumprir diretrizes mínimas para proteger crianças e adolescentes contra danos. Há um forte precedente para a implementação de diretrizes de proteção no desenvolvimento internacional e no setor de assistência humanitária, e dado o fato de que muitas organizações que recebem voluntários operam no campo do desenvolvimento, a implementação de diretrizes mais fortes de acordo com os requisitos de desenvolvimento organizacional deve ser obrigatória. A implementação das diretrizes deve estar vinculada ao registro da organização anfitriã dos voluntários.

Diretrizes mínimas de proteção podem ter como base as Diretrizes Mínimas de Proteção à Criança do Departamento Australiano de Relações Exteriores e Comerciais (DFAT), que são consideradas as melhores práticas e foram amplamente implementadas, inclusive nas atividades de assistência conferidas ao país receptor. As diretrizes incluem:

- A Política de Proteção deve estar sujeita a revisão regular;
- Presença de um Código de Conduta para funcionários, visitantes e voluntários;
- Procedimento de notificação documentado;

¹⁵⁸ São eles: Convenção sobre os Direitos da Criança (2000); Protocolo Facultativo à CDC sobre Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (2002); Protocolo Opcional ao CDC sobre Procedimento de Comunicação (2014); Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (2002); Convenção da OIT sobre a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil nº 182; Convenção sobre a Proteção de Crianças contra Exploração Sexual e Abuso Sexual (2007); Convenção sobre a Ação contra o Tráfico de Seres Humanos (2005); Convenção sobre Crimes Cibernéticos (2001)

- Fornecimento de formações sobre a proteção infantil para funcionários e voluntários;
- Processos de avaliação de risco que identifiquem os riscos e documente as etapas para mitigá-los;
- Processos de recrutamento, seleção e triagem para funcionários e voluntários que incorporam verificações de referências¹⁵⁹.

Requisitos adicionais devem ser aplicados em relação às qualificações de funcionários e voluntários que trabalhem com crianças e adolescentes, especialmente aquelas com necessidades complexas ou desafiadoras, ou em ambientes de cuidados residenciais, como acolhimento. Os funcionários e voluntários devem ter um requisito mínimo de qualificações, habilidades e experiência para poder trabalhar com esse público.

Planos nacionais legais para prevenir a exploração sexual infantil em viagens e turismo

O Estudo Global sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo elaborou uma série de recomendações nítidas para que os governos fortalecessem seus marcos legais nacionais a fim de abordar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo. Essas recomendações também são aplicáveis à prevenção da exploração sexual infantil no contexto do volunturismo e foram refletidas na lista de verificação legal e na análise legislativa de país¹⁶⁰.

Planos nacionais legais para prevenir a exploração sexual infantil no volunturismo

Medidas adicionais recomendadas para os governos incluem ações especificamente focadas na regulação de provedores de volunturismo e de organizações que recebem voluntários.

Países que enviam volunturistas

Com base na inclusão, realizada pela Austrália, do tráfico em orfanatos como uma forma de escravidão moderna pela Lei da Escravidão

Moderna (2018), os governos dos países que enviam volunturistas devem exigir que as organizações que atuam nesse envio (independentemente do valor da receita) cumpram requisitos de notificação relacionados ao risco de tráfico em orfanatos.

As entidades que enviam voluntários devem ser obrigadas a cumprir a legislação nacional em relação ao recrutamento (incluindo qualificações mínimas), seleção, triagem e supervisão dos voluntários que trabalhem com crianças e adolescentes, independentemente de o trabalho ocorrer nacional ou internacionalmente. A exigência de conformidade garante que a proteção apropriada esteja em vigor antes do voluntário deixar o seu país de origem e atue como um impedimento para aqueles que desejem causar danos às crianças.

Os governos devem impor sanções e penalidades às entidades que não cumpram os requisitos de proteção e salvaguarda de criança e adolescentes, e aqueles que violarem suas obrigações sobre essa proteção devem ser responsabilizados criminalmente quando forem cometidos crimes contra crianças e adolescentes. Isso incentivaria o aumento da devida diligência e monitoramento das organizações que recebem voluntários.

Países que recebem volunturistas

A maioria das crianças e adolescentes que sofrem exploração sexual no contexto do turismo voluntário já se encontra em situação de vulnerabilidade, muitas sem o fator de proteção do cuidado familiar. Esforços contínuos para evitar a institucionalização desnecessária de crianças e adolescentes por meio do fortalecimento da família, mecanismos de controle, uma forte equipe de trabalho de serviço social e a construção de sistemas alternativos de cuidados familiares e comunitários reduzirão as vulnerabilidades.

Os governos podem harmonizar os esforços de reforma dos cuidados alternativos existentes e os programas de desinstitucionalização com a regulamentação do volunturismo, proibindo a colocação de voluntários internacionais em instituições de cuidados residenciais. Pode haver algumas exceções quanto a isso quando se tratar de voluntários domésticos de longo prazo ou

159 Adaptado de: Departamento de Relações Exteriores e Comércio do Governo Australiano. (2018). *Diretrizes Mínimas de Proteção Infantil do DFAT*.

160 ECPAT Internacional. (2021). *Lista de Verificação Legal: Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo e Matriz de Avaliação da Lista de Verificação Legal sobre as Principais Intervenções Legais para Proteger as Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual em Viagens e Turismo*

voluntários internacionais altamente qualificados em estágios de longo prazo especificamente projetados para apoiar a desinstitucionalização.

Diretrizes de proteção infantil obrigatórias para o setor de viagens e turismo

Exigir que empresas e ONGs que tenham contato com turistas e que recebam voluntários, implementem medidas de proteção infantil; e que empresas do setor privado implementem os seis critérios do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra Exploração Sexual em Viagens e Turismo (The Code), juntamente com a política de Volunturismo do The Code, garantiria uma maior proteção para crianças e adolescentes.

Especificamente, de acordo com a Política de Volunturismo do The Code, as empresas devem:

- Limitar o voluntariado relacionado com crianças e adolescentes a apenas atividades supervisionadas que tenham políticas e procedimentos bem definidos;
- Implementar padrões de proteção infantil e um requisito mínimo de qualificações, habilidades e experiências exigidas para qualquer trabalho com ou para crianças e adolescentes;
- Parar de oferecer visitas a orfanatos e centros de atendimento residencial como parte de pacotes de viagens e;
- Redirecionar os turistas para soluções que ajudem significativamente crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que atendem voluntários que já estão cientes e solicitam às empresas que façam escolhas éticas.

O The Code, embora seja uma iniciativa voluntária, pode apoiar a implementação de códigos nacionais e padrões de proteção infantil que devem ser obrigatórios para toda a indústria em nível de país e abordar a questão do turismo voluntário. O The Code também pode apoiar a indústria de viagens e turismo na implementação de medidas obrigatórias resultantes de leis de “due diligence” que estão sendo progressivamente introduzidas em vários países europeus¹⁶¹.

Estruturas legais nacionais para o voluntariado

Muitos países possuem estruturas legais existentes que, com alguma adaptação, fortalecimento ou reforço, podem ser usadas para fornecer mais proteção às crianças e adolescentes. Os governos devem agir para criar estruturas nacionais juridicamente vinculativas que lancem as bases para o voluntariado, incluindo formas de proteção para os voluntários por meio da aplicação de leis trabalhistas e de emprego e restrições à atividade voluntária com vistas a proteção infantil.

Uso de vistos para regular voluntários

Recomenda-se que os governos adaptem a legislação de imigração existente para introduzir uma categoria de “visto de voluntário”. Para garantir esse tipo de visto, os candidatos devem ter como garantido uma lotação enquanto voluntário em uma organização receptora registrada que atenda a todos os padrões e requisitos legais relevantes. Os candidatos também seriam obrigados a fornecer uma cópia de sua verificação de antecedentes criminais junto de uma cópia de seu contrato de voluntariado especificando a duração de sua lotação e suas responsabilidades. Os governos devem impor requisitos mínimos de qualificação e tempo de permanência aos voluntários que trabalham com crianças e adolescentes em ambientes de cuidados residenciais.

Leis Trabalhistas

Recomenda-se que os governos expandam as leis trabalhistas existentes para abranger voluntários nacionais e internacionais, com referência específica a verificações obrigatórias de antecedentes, requisitos de recrutamento e triagem e qualificações mínimas exigidas em funções onde é necessário contato direto ou indireto com crianças e adolescentes.

Recrutamento e gestão centralizada de voluntários

Recomenda-se que os governos criem e disponibilizem um órgão estatutário responsável pelo recrutamento e gestão centralizada de voluntários. O órgão seria responsável por:

- Gerir o processo de solicitação e aprovação de “visto de voluntário”;

161 Governo da Alemanha. (2021). (Lei da Cadeia de Suprimentos. (Lieferkettengesetz)

- Garantir que todos os voluntários tenham uma verificação de antecedentes criminais válida e que aqueles (sejam domésticos ou internacionais) que tenham uma condenação por crimes contra crianças e adolescentes (sexuais ou outros) não tenham vistos de voluntários para funções em que possam ter contato direto ou indireto com crianças e adolescentes;
- Manter um banco de dados de voluntários passados e atuais e ter sistemas que se integrem com bancos de dados criminais nacionais e internacionais para sinalizar quando um voluntário estiver envolvido em atividades criminosas;
- Garantir que as organizações que recebem voluntárias atendam aos padrões mínimos e requisitos legais para receber aprovação para designar voluntários, incluindo o registro nos ministérios governamentais relevantes;
- Realizar visitas aos locais e avaliações organizacionais com organizações que recebem voluntários para garantir a conformidade com as leis;
- Garantir que as organizações que recebem voluntários se comprometem a atuar em conformidade com os regulamentos nacionais de proteção e salvaguarda de criança e adolescentes;
- Impor sanções e penalidades para organizações que recebem voluntários que falhem em implementar ou cumprir os requisitos de visto do voluntário;
- Exigir que organizações que recebem voluntários forneçam contratos individuais de trabalho voluntário que contenham descrições claras de funções, incluindo requisitos de qualificação/habilidade e duração da lotação;
- Criar parcerias com empresas e organizações respeitáveis que enviem voluntários e que estejam em conformidade com todos os requisitos legais e padrões mínimos nos países que enviam e recebem voluntários;
- Garantir que todos os voluntários sejam obrigados a assinar um código de conduta que seja diretamente ligado à aprovação de vistos e de sua lotação.

Embora possam parecer um fardo pesado para organizações que possuem poucos recursos, essas medidas garantirão que apenas as organizações que cumprirem as regras sejam capazes de receber voluntários que entrem em contato com crianças e adolescentes.

É importante que não esteja em funcionamento um sistema paralelo, permitindo que empresas que enviam voluntários e organizações de acolhimento contornem o sistema. Colocar uma carga maior de responsabilidade sobre as empresas que enviam voluntários e que são responsáveis por enviar a grande maioria dos voluntários para os países receptores garantirá melhores práticas gerais e maiores proteções para as crianças e adolescentes.

Órgãos nacionais de voluntariado e estratégias sobre turismo e voluntários

Os governos nacionais dos países de origem e de destino muitas vezes possuem legislações, políticas ou estratégias em vigor para o desenvolvimento do turismo e do voluntariado. Em muitos casos, os órgãos nacionais de turismo/voluntariado são demandados pelos governos para implementar políticas e estratégias, incluindo de sensibilização, treinamento e monitoramento.

Onde existam órgãos nacionais de turismo e voluntariado, eles devem:

- Ser mandatário para garantir que os operadores de turismo e organizações que recebem voluntários estejam em conformidade com os padrões obrigatórios de proteção infantil para o setor de viagens e turismo (The Code);
- Priorizar a oferta de formações sobre a prevenção e ação contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo;
- Garantir que os riscos na proteção infantil em viagens, turismo e voluntariado sejam explicitamente avaliados, comunicados e abordados no desenho da estratégia nacional, monitoramento e notificação;
- Sensibilizar o público para a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e promover mecanismos de denúncia ao público geral do País e o público turístico.

Além disso, de acordo com as recomendações do Estudo Global sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo, esses órgãos também devem ser responsáveis por garantir que os operadores de turismo e organizações que recebem voluntários:

- Assinar o Código de Ética da Organização Mundial do Turismo;
- Garantir a conformidade com os documentos sobre Direitos Humanos e Princípios Empresariais e Direitos das Crianças e Adolescentes e Princípios Empresariais;
- Possuir ciência da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo.

Essas medidas se aplicariam a operadores de turismo e organizações voluntárias de acolhimento que atendem aos mercados doméstico e internacional.

Viabilizar agências de aplicação da lei

Garantir que as agências e órgãos de aplicação das leis sejam capazes de agir adequadamente em relação às preocupações com a proteção infantil é crucial. Nesse sentido, o Estudo Global sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo fez uma série de recomendações relevantes para o contexto do volunturismo:

- Garantir que as agências de aplicação da lei tenham os recursos e habilidades para identificar, investigar e agir contra a ESCA em viagens e turismo e sejam capazes de usar métodos adequados a realidades das crianças ao lidar com vítimas e testemunhas, e que a aplicação das leis não seja prejudicada pela corrupção ou pela tolerância social com a ESCA;
- Aprimorar a troca regular de informações atualizadas, sobre infratores sexuais infantis em viagens e turismo, entre as agências de aplicação da lei em todas as jurisdições dos países que demandam, ofertam e vitimizam, incluindo maior uso de ferramentas da INTERPOL, como as difusões verdes;
- Desenvolver registros de agressores sexuais que cumpram os padrões internacionais de confidencialidade e privacidade;
- Investir no desenvolvimento de ferramentas analíticas e novas técnicas de investigação para permitir que os aplicadores das leis identifiquem os infratores e resgatem as vítimas;

- Implantar agências de investigação policial em destinos populares entre criminosos sexuais de crianças e adolescentes no contexto de viagens e turismo;
- Buscar cooperação entre agências e fronteiras, dentre forças policiais e judiciárias, para permitir a troca de informações com fins de investigações e processos judiciais em todos os casos em que uma pessoa seja suspeita ou acusada de ter explorado sexualmente uma criança ou adolescente em outro país;
- Garantir que a equipe de pessoal das unidades de aplicação das leis e do sistema de justiça compreendam a importância de combater a ESCA e as necessidades específicas das vítimas.

Com base nas evidências desta revisão, medidas adicionais para a devida aplicação das leis incluem:

- Medidas para impedir a emissão de passaportes para criminosos sexuais infantis;
- Ordens de restrição de viagens para criminosos sexuais infantis;
- A inclusão de identificadores visuais em passaportes de criminosos sexuais infantis;
- Exigir que agressores sexuais de crianças e adolescentes forneçam aviso prévio de 21 dias sobre suas intenções de viagem.

Verificações obrigatórias de antecedentes criminais

Os entes governamentais devem implementar verificações obrigatórias de antecedentes criminais para qualquer cargo que tenha contato direto ou indireto com crianças e adolescentes, independentemente de o indivíduo ser um cidadão nacional ou internacional, empregado ou voluntário. Os sistemas governamentais para a realização de verificações de antecedentes criminais devem ser vinculados à INTERPOL para garantir a atualização das informações, e qualquer indivíduo condenado por crimes contra crianças e adolescentes de qualquer tipo deve ser proibido de trabalhar ou ser voluntário em organizações onde crianças e adolescentes estejam presentes.

For more information visit us at:

